



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

PROCESSO DE COMPRAS

MODALIDADE DE PREGÃO Nº 72/2022 - PROCESSO Nº 194/2022

FORMA ELETRÔNICA

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de seguro para imóveis pertencentes a Administração Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos

DATA DE ABERTURA: 08/11/2022

HORÁRIO: 08:30 HORAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2022

Processo Administrativo nº 194/2022

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Entre Rios do Oeste por meio do prefeito Sr. Ari Aloisio Maldaner, sito a rua Tocantins, 600 - centro, inscrito no CNPJ 95.719.449/0001-10, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO/POR ITEM** nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto Municipal 56/2021 de 06 de abril de 2021, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **08 de novembro de 2022**

Horário: **08:30 horas**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

UASG: **985529**

Modo de Disputa – **Aberto**

No Portal do Cidadão do Município de Entre Rios do Oeste (<https://entrieriosdooeste.atende.net>) serão disponibilizados os avisos, comunicados e esclarecimentos referentes à licitação, competindo aos interessados acessar assiduamente o referido endereço para tomarem conhecimento e manterem-se atualizados sobre as informações porventura divulgadas.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

Setor de Licitações e Contratos

Email: setorcompras.er@hotmail.com

Telefone: (45) 3257-1268 – Ramais 204 e 205

1. DO OBJETO

1.1. **Contratação de empresa para a prestação de serviços de seguro para imóveis pertencentes a Administração Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.**

1.2. A licitação será realizada com 01 (um) item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor Taxa Administrativa/Maior Desconto, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses.

1.5. Redução Mínima na fase de lance: 0,10% (zero virgula dez por cento) do valor do item.

1.6. O processo licitatório será de ampla concorrência, ainda, as empresas em geral, que fornecem esse tipo de equipamento, se enquadram como empresas de grande porte. Contudo, em caso de as propostas apresentadas serem iguais, será aplicado o empate ficto.

2. DO CREDENCIAMENTO

1.3 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

Nota Explicativa: O credenciamento exigido nos arts. 9º a 11 do Decreto n. 10.024, de 2019, constitui-se em cadastro prévio de identificação, com a finalidade de agilizar o procedimento e permitir a efetiva participação dos interessados no certame – Parecer n. 129/2011/DECOR/CGU/AGU.

O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

1.4 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

1.5 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

1.6 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1.6.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

1.7 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

1.7.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

1.8 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Nota Explicativa: Nos termos do art. 3º, §3º da Lei n. 8.248/1991, a aquisição de bens e serviços de informática e automação, considerados como bens e serviços comuns, poderá ser realizada na modalidade pregão, restrita às empresas que cumpram o Processo Produtivo Básico.

1.9 Não poderão participar desta licitação os interessados:

1.9.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

1.9.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

1.9.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

1.9.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

1.9.5 que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

1.9.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

1.9.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

1.10 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

- 1.10.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 1.10.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 1.10.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 1.10.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 1.10.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 1.10.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 1.10.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 1.10.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 1.10.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 1.10.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 1.11 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 4.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 4.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 4.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

- 4.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 4.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
 - 6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
 - 6.2.1.1. Refere-se a proposta preenchida no sistema compras.gov.br, não à versão anexada ao sistema.
 - 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
 - 6.2.4. Junto com a proposta a empresa deverá encaminhar catálogo com CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, conforme o item cotado, uma vez que o não atendimento a qualquer das características mínimas exigidas importará na desclassificação do proponente



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor *total/unitário do item*.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.18. O Critério de julgamento adotado será o *menor preço*, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

6.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da **melhor proposta ou melhor lance** serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.25. **Havendo eventual empate entre propostas ou lances**, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

6.25.1. no país;

6.25.2. por empresas brasileiras;

6.25.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.25.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.26. **Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.**

6.27. **Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.**

6.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.27.2. **O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

6.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

7.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

- 7.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 7.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 7.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 7.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-
- 7.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 7.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 7.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

8. DA HABILITAÇÃO

1.12 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

1.13 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

Nota explicativa: A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ –, além do tradicional SICAF, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação.

A Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência.

1.13.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e poderá também realizar a consulta de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

1.13.1.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

1.13.1.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

1.13.1.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

1.13.2 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

1.13.3 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

1.14 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

1.14.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

1.14.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

- 1.14.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019 e conforme Art 18 §2º do Decreto 56, de 06 de abril de 2020.
- 1.15 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 1.16 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

Nota Explicativa: Com o advento da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3/2018, somente passou a ser necessária a apresentação de originais não-digitais no caso de dúvidas quanto à integridade do documento digital. Por essa razão, recomenda-se que os documentos digitais sejam utilizados para formação do procedimento administrativo.

- 8.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.7. Ressalvado o disposto no item 4.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

1.17 Habilitação jurídica:

- 1.17.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.17.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.17.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.17.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.17.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.17.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 1.17.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 1.17.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

1.18 Regularidade fiscal e trabalhista:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

1.18.1 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

1.18.2 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.18.3 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

1.18.4 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.18.5 prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.18.6 caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

1.18.7 prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre

Nota Explicativa: Dispõe a Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, que: "Art. 13. . "A Regularidade Fiscal Estadual, Distrital e Municipal, junto ao SICAF, do fornecedor considerado isento dos tributos estaduais ou municipais, será comprovada mediante a inserção no sistema da declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei."

1.18.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

1.19 Qualificação Econômico-Financeira.

1.19.1 certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

1.19.2 Documentos relativos à qualificação técnica

1.19.3 Atestado de visita técnica fornecida pelo Município, comprovando que a empresa, através de seu responsável, visitou e teve livre acesso aos locais objeto desta licitação. A visita técnica deverá ser agendada antecedência de 24 (vinte e quatro) horas junto ao setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, pelo fone (45) 3257-1268 e deverá ser realizada até no último dia útil que anteceder a abertura do certame. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública. Ou declaração formal, assinada pelo responsável da proponente, sob as penalidades da Lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o

1.19.4 Atestado de capacidade técnica, que comprove a execução de serviços semelhante ou igual ao objeto desta Licitação, expressando a satisfação quanto a execução. Emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado com identificação do emitente para possível contato da Administração.

8.11.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.12 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.13 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.14 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.15 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.16 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.17 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8.18 A prova de regularidade de todas as certidões poderá ser feita por certidão positiva, desde que tenha efeitos de negativa.

8.18.1 Considera-se certidão positiva com efeitos de negativa a certidão onde conste a existência de débitos:

8.18.1.1 Não vencidos;

8.18.1.2 Em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetuada a penhora;

8.18.1.3 Cuja exigibilidade esteja suspensa

8.19 Será INABILITADO o licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.20 Em todas as fases da licitação, caso as certidões, procurações, ou outro documento necessário, sejam apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas válidas aquelas emitidas há no máximo 90 (noventa) dias.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.2.1.1. Os prazos das propostas ficam suspensos em caso de haver em qualquer fase do processo recurso administrativo, retomando a sua contagem após o mesmo ter sido sanado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

9.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo (30) trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.3. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

Nota explicativa: no juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve ser avaliada tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação – TCU Ac. 520/2014-Plenário, item 9.5.1.

10.3.1. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.3.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. **Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.**

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento.

14.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.6. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

14.7. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.8. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

14.9. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

14.10. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.11. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

- 14.12. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 14.13. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 14.14. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

Nota explicativa: Nesse momento, deve haver a checagem da manutenção de todas as condições de habilitação, não se limitando apenas à consulta ao SICAF.

15. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

- 15.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO

- 18.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

- 19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) Multa de:

- (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

- (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 19.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 19.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 19.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município de Entre Rios do Oeste, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

- a) Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

- 19.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 19.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 19.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 20.1. Terceiro dia útil, antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 20.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail setorcompras.er@hotmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Tocantins, 600 – Centro – Município de Entre Rios do Oeste, CEP 85.988-000.
- 20.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 20.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 20.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 20.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 20.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a ad

21. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

- 21.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.
- 21.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

- 21.3. 22.2.1 PRÁTICA CORRUPTA: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- 21.4. 22.2.2 PRÁTICA FRAUDULENTA: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- 21.5. 22.2.3 PRÁTICA COLUSIVA: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos de órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- 21.6. 22.2.4 PRÁTICA COERCITIVA: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- 21.7. 22.2.5 PRÁTICA OBSTRUTIVA: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- 21.8. 22.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
- 21.9. 22.4 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato. ministração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

- 22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico junto ao Site do Município de Entre Rios do Oeste (entrieriosdooeste.atende.net), na aba do "Fornecedores", link "Consulta de Licitações", ou solicitado no endereço eletrônico setorcompras.er@hotmail.com, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Tocantins, 600 – Centro – Entre Rios do Oeste/Pr, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 22.12.1. ANEXO I – Termo de Referência
 - 22.12.2. ANEXO II – Minuta do Instrumento Contratual
 - 22.12.3. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços

Entre Rios do Oeste, em 20 de outubro de 2022.

ERIO BASTIAN
Secretário de Administração

ARI ALOISIO MALDANER
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 012.004.2022

8 DO OBJETO

1.20 Contratação de empresa para a prestação de serviços de seguro para imóveis pertencentes a Administração Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.20.1 Os serviços objeto da presente contratação serão executados de forma contínua, podendo haver prorrogação de prazo, tendo em vista que se destinam ao atendimento de necessidade pública permanente e contínua, assegurando a integridade do patrimônio público, de modo que sua interrupção poderá comprometer a prestação de serviço público ou o cumprimento de missão institucional do Município.

1.21 Conforme delimitado na fase de estudos preliminares, os serviços podem ser classificados como de NATUREZA COMUM, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital mediante especificações usuais do mercado.

1.22 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da Assinatura do contrato prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.23 O critério de julgamento adotado será o preço médio por lote/maior desconto observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto;

1.24 A licitação será realizada com 01 (um) lote;

1.25 Redução Mínima: 0,10% do valor unitário/total;

1.26 O processo licitatório será aberto para grandes empresas, não podendo ser direcionada para microempresas e empresas de pequeno porte, pois as empresas da região, em geral, que fornecem esse tipo de equipamento, se enquadram como empresas de grande porte. Desta forma a fim de evitar possíveis prejuízos ao município optou-se em estender para empresas de grande porte, a fim de viabilizar competitividade satisfatória ao interesse público.

1.27 Nesta licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, conforme § 1º e § 2º, art. 44 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

1.28 Quantitativos: Conforme levantamento de demanda realizada durante a etapa de estudos preliminares, o levantamento de consumo individualizado, do órgão gerenciador e órgão(s) participante(s), assim como os valores referenciais (unitários e totais) desta licitação são os apresentados abaixo:

1.29 Quando há divergência entre CATMAT e o termo de referência, valerá o que está escrito no termo de referência favor ler o termo de referência antes de ofertar sua proposta.

1.30 As empresas vencedoras dos lotes/itens, deverão entregar junto com sua proposta o valor rateando imóvel, conforme tabelas abaixo do item único, podendo cotar o valor unitário igual ou inferior ao fornecido neste termo de referência.

Lote 01: Seguro de Bens Imóveis

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VLR UNT	VLR TOTAL
19507	SEGURO DE BENS IMÓVEIS	SERVIÇO	01	26.225,87	26.225,87



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

	<u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões; Danos Elétricos; Impacto Veículos/Queda Aeronaves; Recomposição de Documentos; Vendável e Granizo; Assistência Empresarial.				
--	---	--	--	--	--

Descrição dos Bens Imóveis que compõem o lote 01

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VLR UNT	VLR TOTAL
1	ESPÉCIE/TIPO: Ginásio da Escola. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 500.000,00; Danos Elétricos R\$ 10.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 30.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 90.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	1.274,75	1.274,75
2	ESPÉCIE/TIPO: Ginásio Municipal Laudir Luiz Anderle. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 1.000.000,00; Danos Elétricos R\$ 10.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 100.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 300.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	3.758,87	3.758,87
3	ESPÉCIE/TIPO: Centro de Educação Infantil Padre Emílio. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 400.000,00; Danos Elétricos R\$ 20.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 20.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 40.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	670,45	670,45
4	ESPÉCIE/TIPO: Escola Municipal Presidente Médici. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 800.000,00; Danos Elétricos R\$ 20.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 50.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 100.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	1.676,51	1.676,51
5	ESPÉCIE/TIPO: Centro de Convivência. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 400.000,00; Danos Elétricos R\$ 30.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 20.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 40.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	670,45	670,45
6	ESPÉCIE/TIPO: Posto de Saúde Eugenio Schwanke e Unidade da Saúde da Família. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 2.000.000,00; Danos Elétricos R\$ 50.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 30.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 60.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	1.453,32	1.453,32
7	ESPÉCIE/TIPO: Conselho Tutelar. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 50.000,00; Danos Elétricos R\$ 10.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 5.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 10.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	164,86	164,86
8	ESPÉCIE/TIPO: Casa da Cultura. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 500.000,00; Danos Elétricos R\$ 10.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 50.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 100.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	1.332,53	1.332,53
9	ESPÉCIE/TIPO: Associação de Moradores Linha Volta Gaúcha. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 300.000,00; Danos Elétricos R\$ 5.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 30.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 90.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	1.274,78	1.274,78
10	ESPÉCIE/TIPO: Associação de Moradores Linha Divisa. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 300.000,00; Danos Elétricos R\$ 5.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$	SERV	1,00	1.274,78	1.274,78



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

	30.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 90.000,00; Assistência Empresarial Contratada.				
11	ESPÉCIE/TIPO: Associação de Moradores de Vista Alegre. COBERTURAS: Incêndio/Raio/Explosões R\$ 300.000,00; Danos Elétricos R\$ 5.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 30.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 90.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	1.274,78	1.274,78
12	ESPÉCIE/TIPO: Associação de Moradores de Linha Golondrina. COBERTURAS: Incêndio/Raio/Explosões R\$ 300.000,00; Danos Elétricos R\$ 5.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 30.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 90.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	1.274,78	1.274,78
13	ESPÉCIE/TIPO: Associação de Moradores do Parque Verde. COBERTURAS: Incêndio/Raio/Explosões R\$ 300.000,00; Danos Elétricos R\$ 5.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 30.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 90.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	1.274,78	1.274,78
14	ESPÉCIE/TIPO: Associação de Moradores do Bairro Paraíso. COBERTURAS: Incêndio/Raio/Explosões R\$ 300.000,00; Danos Elétricos R\$ 5.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 30.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 90.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	1.274,78	1.274,78
15	ESPÉCIE/TIPO: Associação de Moradores da Linha Boa Esperança. COBERTURAS: Incêndio/Raio/Explosões R\$ 300.000,00; Danos Elétricos R\$ 5.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 30.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 90.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	1.274,78	1.274,78
16	ESPÉCIE/TIPO: Centro de Eventos. COBERTURAS: Incêndio/Raio/Explosões R\$ 1.100.000,00; Danos Elétricos R\$ 40.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 400.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 5.000,00; Vendável e Granizo R\$ 400.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	3.250,00	3.250,00
17	ESPÉCIE/TIPO: Prefeitura Municipal. COBERTURAS: Incêndio/Raio/Explosões R\$ 1.500.000,00; Danos Elétricos R\$ 30.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 400.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 50.000,00; Vendável e Granizo R\$ 400.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	3.050,67	3.050,67
SOMA DO LOTE 1: 26.225,87					

1.31 A contratação ocorrerá por 1 (um) lote, elaborado conforme as características gerais e especiais dos Prédios Públicos, além do tipo de cobertura que se pretende contratar. Em razão da natureza do objeto, a centralização dos serviços propicia melhor integração das atividades, e um melhor custo benefício, com menor probabilidade de falta de comprometimento na prestação de serviços. Adotou-se por lote pela inviabilidade de divisão do objeto sem que haja prejuízo na futura gestão do serviço, tendo em vista que múltiplos contratos independentes para os diversos itens causariam grande prejuízo à segurança, economicidade e celeridade das fases de formalização e execução contratual. Outro benefício é a economicidade ao Município, pois é mais vantajoso para as empresas/seguradoras apresentarem menor preço por lote, devido à quantidade expressiva de Prédios Públicos, do que por item. Ainda se justifica pela necessidade de posterior inclusão de Prédios Públicos por meio de Termo Aditivo, uma vez que se, o certame for realizado por item, o limite estabelecido na Lei nº 8666/93, não será o suficiente para a realização do endosso, haja vista que o Município poderá adquirir novos Prédios Públicos no decorrer de um ano.

1.32 Do cálculo utilizado para o valor máximo do prêmio:

1.14. Estimativas preliminares dos preços do serviço a contratar foram feitas com base no levantamento de mercado, no intuito de apoiar a análise de viabilidade da contratação, em especial com respeito à relação de custo-benefício da contratação.

Acontece que o retorno de cotação de algumas empresas, não estão compatíveis com as características necessárias pela administração pública, mas pode servir de base para informação de valor de mercado. Sendo assim, para a precificação final



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

observou as peculiaridades de cada lote, ou seja, em alguns itens observou-se a média das cotações e em outros observou o menor preço (dando ênfase ao valor de mercado e vantajosidade a administração). Ainda, como nesse ano o Processo Licitatório conta com um estudo detalhado da real necessidade de cada secretaria, não temos Termo de Referência deste serviço dos anos anteriores para o confronto de valores, pois os antigos foram realizados em moldes diferentes.

22.15. os valores acima mencionados estão incluídos todos os encargos incidentes sobre a prestação dos serviços, inclusive tributos, obrigações trabalhistas, sociais, previdenciários e outros.

9 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria supramencionada com vistas a atender as necessidades da municipalidade em manter a os imóveis assegurados, tem como necessidade realizar o processo licitatório e a contratação de seguradora para a emissão de apólices de seguro. A contratação de seguro tem como objetivo garantir a cobertura de despesas quanto a eventuais danos que possam atingir os Prédios Públicos, bem como a proteção à integridade física e mental dos servidores públicos e agentes políticos e de possíveis terceiros envolvidos. Desta forma se visa assegurar a integridade do patrimônio público, de modo que sua interrupção poderá comprometer a prestação de serviço público e também considerando a necessidade de garantir a cobertura de despesas com eventuais danos que possam acometer ou atingir os Prédios Públicos pertencentes ao Município, os quais estão sujeitos a ocorrência de sinistros, que podem também originar indenizações por danos pessoais e materiais aos servidores públicos e agentes políticos, assim como terceiros.

O seguro tem por finalidade manter os Prédios Públicos num padrão de segurança, minimizando os riscos de possíveis perdas patrimoniais. Em caso de envolvimento dos Prédios Públicos em sinistros, o seguro, possibilitará maior facilidade na recuperação e no ressarcimento de possíveis danos que possam ocorrer, garantindo assim a conservação e a defesa do patrimônio público e a danos que possam causar a terceiros entre outros benefícios.

Cabe mencionar que os Prédios Públicos listados nesse estudo possuem apólice vigente até 22/09/2022, já está vencida, portanto faz-se necessário realizar um novo processo licitatório para a contratação de empresa para não permanecer os prédios públicos sem estarem assegurados.

A contratação objetiva, por fim, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, que garanta a boa qualidade dos serviços prestados a custos mais reduzidos, contribuindo para diminuição dos gastos governamentais.

10 VIGÊNCIA DA APÓLICE

1.33 O período de vigência da apólice será de 12 (doze) meses, podendo a critério da administração, com vistas a obtenção de preços condições mais vantajosas, ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessíveis períodos, limitadas a sessenta meses. Conforme previsto no artigo 57 inciso II da Lei 8.666/93.

4. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA:

4.1 Das coberturas:

4.1.1 - Roubo ou furto, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto equivalente ao valor do bem;

4.1.2 – Danos aos bens móveis e materiais em estoque;

4.1.3 - Danos elétricos e danos causados por raio e suas consequências;

4.1.4 - Incêndio e explosão, inclusive os causados por atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

4.1.5 – Danos causados por impacto de veículos e queda de aeronaves;

4.1.6 - Submersão total ou parcial proveniente de enchentes ou inundações.

4.1.7 - Granizo, vendaval, furacão e terremoto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

4.1.8 - Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;

4.1.9 - Danos causados a terceiros, Responsabilidade Civil Facultativa – RCF;

4.1.10 – Recomposição de documentos;

4.1.11 - Assistência empresarial.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS A SEREM ATENDIDAS DURANTE A COBERTURA

5.1 Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

5.2 O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

6. DA VISTORIA

6.1. Caso a empresa participante tenha interesse, para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, poderá realizar vistoria prévia dos Prédios Públicos, que será acompanhada por um servidor do setor de patrimônio da Prefeitura Municipal de Entre Rios do Oeste, devendo ser agendada com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas pelo fone (45) 3257 1268.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.3 A não realização da vistoria, vez que está é facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das condições, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos Prédios Públicos, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7. DA FRANQUIA

7.1 A franquia não deverá ser objeto de classificação de propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

7.1.1 O valor da franquia não deverá exceder o valor máximo admissível conforme tabela constante no Anexo 01 deste Estudo Técnico Preliminar.

7.1.2 Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, não excedendo os limites máximos fixados.

7.1.3 Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

8. DO ENDOSSO

10.1 Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de Prédio Público, na apólice poderão ser solicitadas pela Prefeitura Municipal de Entre Rios do Oeste e processada pela licitante vencedora, mediante endosso e emissão de Termo Aditivo, respeitando-se os limites estabelecidos pela Lei nº 8666/1993.

10.2 Poderá ser solicitado mediante emissão do endosso, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Entre Rios do Oeste, correção de nome do segurado, endereço emitidos erroneamente.

10.3 A empresa vencedora deverá providenciar no prazo de até 30(trinta) dias as alterações na apólice, conforme solicitadas pela Prefeitura Municipal de Entre Rios do Oeste.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

9. DA ENTREGA DAS APÓLICES

9.1 As apólices de Seguro devem ser entregues, diretamente no Setor de Licitação/Secretaria de Finanças, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Entre Rios do Oeste, localizada na Rua Tocantins n.º 600, Centro, CEP: 85.988-000, em Entre Rios do Oeste – PR, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00h, de segunda a sexta-feira, ou, enviada via e mail, para o endereço eletrônico “setorcompras.er@hotmail.com”.

9.2 As apólices de seguro deverão ser entregues em perfeitas condições, acompanhadas do respectivo boleto para pagamento. A apólice de seguro deverá conter, impreterivelmente, a identificação e discriminação individual de cada bem segurado, devendo constar nas apólices referidas especificações claras e detalhadas das coberturas, vigência do seguro, franquias, bônus e valor do prêmio de acordo com as exigências estabelecidas nas especificações do objeto neste Termo de Referência.

9.2.1 Nas apólices que compreendam mais de um imóvel, deverá constar, obrigatoriamente os valores individuais do prêmio e franquia de cada imóvel.

9.3 O eventual custo das apólices, impressão, transporte, entre outros, ficará a cargo da contratada, não gerando qualquer ônus a mais ao Município.

9.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo gestor de contrato (ou fiscal por ele designado), as custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9.6 Os serviços serão recebidos definitivamente após o aceite pelo responsável no verso da nota fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.7 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo.

9.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.2 – Prestar as informações e esclarecimentos relacionados à execução do objeto.

10.3 - Fornecer à Contratada todas as informações necessárias em relação aos Prédios Públicos;

10.4 - Informar a contratada acerca da inclusão de novos itens, informando também o lote de destino do referido item.

10.5 - Não será fixado prazo para comunicação de sinistros, podendo ser realizado a critério da CONTRATANTE.

10.6 - Fica a contratante obrigada a providenciar, em caso de acidente, toda a documentação necessária à abertura do sinistro junto à seguradora, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da comunicação do acidente pelo Município de Entre Rios do Oeste.

10.7 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.8 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.9 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.10 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.11 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.12 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 - Os Prédios Públicos deverão estar segurados contra os riscos previstos na apólice desde a data de assinatura do contrato, ainda que não emitida à apólice, devendo a Contratada fornecer os dados necessários ao acionamento do socorro em caso de sinistro.

11.2 - Garantir cobertura a todos os Prédios Públicos constantes do Estudo Técnico Preliminar, durante toda a vigência do contrato, continuamente, sem lapso entre o final da vigência da apólice atual e o início da vigência da nova apólice.

11.3 - Manter e atender na integralidade as condições estabelecidas neste Termo de Referência que integra a presente Licitação, bem como o Contrato Administrativo a ser firmado.

11.4 - Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a assinatura do contrato e/ou correspondente pagamento.

11.5 - A apólice de seguro deverá cobrir os bens contra prejuízos, despesas e conter as normas estabelecidas pela superintendência de seguro privado – SUSEP.

11.6 - Emitir documento que contenha os dados do seguro e os bens segurados, cobertura, valores contratados e vigência do seguro.

11.7 - As alterações na apólice, após solicitação formal da Prefeitura Municipal de Entre Rios do Oeste, devem ser providenciadas no prazo de até 30 (trinta) dias, respeitando as características originais de cada lote.

11.8 - Observar que, ocorrendo sinistro dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que o mesmo tenha sido efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado se a Prefeitura Municipal de Entre Rios do Oeste cobrir o débito até a data do vencimento.

11.9 - A contratada deverá colocar à disposição da contratante, 24 horas por dia durante 7 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

11.10 - A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

11.11 - Após efetuado o registro de sinistro pela Prefeitura Municipal de Entre Rios do Oeste, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data do registro, para realizar a vistoria do Prédios Públicos e proceder à liberação do serviço a ser executado.

11.12 - Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus da execução integralmente.

11.13 - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas previamente.

11.14 - Manter durante toda a vigência da Apólice de Seguros, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Município a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições; orientar e responder pelas coberturas previstas na apólice e constantes neste Termo de Referência.

11.15 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.16.1 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.16.2 - Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.16.3 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11.16.4 - Deverá responsabilizar-se por todos os custos para o cumprimento da prestação obrigacional, incluindo mão-de-obra, seguros, encargos sociais, tributos, transporte e outras despesas necessárias para o fornecimento do objeto do Contrato.

11.16.5 - Fornecer no ato da entrega a nota fiscal acompanhada das certidões negativas Federal (conjunta Tributos federais e INSS), Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação para regularidade fiscal.

2 DA INCLUSÃO, SUBSTITUIÇÃO E EXCLUSÃO

2.3 Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de Prédios Públicos (refere-se a qualquer espécie presente na licitação), durante o período da vigência contratual, a empresa deverá fornecer, previamente orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada Prédios Públicos a ser incluso, considerando para isso, a **proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou este contrato.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

2.3.1 Ocorrendo a inclusão de um novo item, a contratada deverá seguir a orientação da contratante a respeito do lote a qual o item será incluso.

2.4 A devolução deverá ser realizada mediante crédito na conta do Município de Entre Rios do Oeste, cujos dados deverão ser solicitados pela CONTRATADA, devendo a empresa enviar comprovante para a CONTRATANTE.

2.5 Havendo a necessidade, durante o período de vigência deste contrato, de exclusão de Prédios Públicos, a empresa deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à CONTRATANTE, mediante a fórmula:

$X \div 12 = Y$ e $Y \times Z = VT$ onde:

X = Valor anual do prêmio por Prédio Público;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por Prédio Público;

Z = Número de meses restantes para o término do contrato;

VT = Valor total a ser devolvido à CONTRATANTE.

2.6 O valor de Z, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo CONTRATANTE à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

2.7 Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias

2.8 A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante crédito na conta do Município, cujos dados deverão ser solicitados pela CONTRATADA, devendo a empresa enviar comprovante para a CONTRATANTE.

2.9 O prazo para inclusão, substituição ou exclusão será de 30 (trinta) dias, após efetuada a notificação.

12 DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

2.10 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

2.11 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

2.12 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.13 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15 DO PAGAMENTO

2.14 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Apólice e do boleto, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

2.14.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.1.2 Para efeito de pagamento, a contratada deverá apresentar as seguintes certidões com prazo de validade em vigência:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

- Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, demonstrando situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, expedido pela Caixa Econômica Federal (FGTS);
- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedido pela Secretaria da Receita Federal (Federal/INSS);
- Certidão Negativa de Débitos Tributários e à Dívida Ativa Estadual, expedido pela Secretaria de Estado da Fazenda (Estadual);
- Certidão Negativa de Tributos Municipais, expedido pela Prefeitura Municipal da sede da proponente (MUNICIPAL);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedido pelo Tribunal Superior do Trabalho (TRABALHISTA).

~~2.15~~ Considera-se ocorrido o recebimento da apólice e do boleto no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

2.16 A apólice e o boleto deverão ser obrigatoriamente acompanhados da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.16.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

2.17 Havendo erro na apresentação da apólice ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

2.18 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

2.19 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

2.20 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

2.21 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

2.22 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

2.23 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

2.24 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

2.24.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

2.25 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

2.25.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

2.26 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

16 DO REAJUSTE

2.27 Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

2.27.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice inflacionário exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.28 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.29 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

2.30 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

2.31 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

2.32 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

2.33 O reajuste será realizado por apostilamento.

17 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

2.34 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

2.35 As sanções administrativas serão executadas conforme os termos da Lei nº 8.666/93 e posteriores atualizações, e conforme minuta de contrato padrão desta municipalidade.

19 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

O valor máximo aceitável para a contratação é de R\$ 26.225,87 (vinte e seis mil, duzentos e vinte e cinco e oitenta e sete centavos).

20 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

Código Reduzido: 539
Órgão: 7 - Secretaria de Educação e Cultura
Unidade: 3 - Fundo Municipal de Educação
Ação: 2023 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA PRESIDENTE MÉDICI
Subelemento: 3339039690400000000 - Seguros de imóveis escolares
Vínculo: 1107 - Salário Educação

Código Reduzido: 540
Órgão: 7 - Secretaria de Educação e Cultura
Unidade: 3 - Fundo Municipal de Educação
Ação: 2023 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA PRESIDENTE MÉDICI
Subelemento: 3339039690400000000 - Seguros de imóveis escolares
Vínculo: 1505 - Royalties Tratado de Itaipu Binacional

Código Reduzido: 547



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

Órgão: 7 - Secretaria de Educação e Cultura
Unidade: 3 - Fundo Municipal de Educação
Ação: 2025 - MANUTENÇÃO DO CMEI
Subelemento: 3339039690400000000 - Seguros de imóveis escolares
Vínculo: 1505 - Royalties Tratado de Itaipu Binacional

Código Reduzido: 548
Órgão: 7 - Secretaria de Educação e Cultura
Unidade: 2 - Fundo Municipal de Cultura
Ação: 2033 - MANUTENÇÃO DO MUSEU, BIBLIOTECA, TEATROS E CENTRO CULTURAL
Subelemento: 3339039690600000000 - Seguros demais imóveis públicos
Vínculo: 1505 - Royalties Tratado de Itaipu Binacional

Código Reduzido: 563
Órgão: 9 - Secretaria de Assistência Social
Unidade: 1 - Gabinete do Secretário
Ação: 2067 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
Subelemento: 3339039690600000000 - Seguros demais imóveis públicos
Vínculo: 1505 - Royalties Tratado de Itaipu Binacional

Código Reduzido: 564
Órgão: 9 - Secretaria de Assistência Social
Unidade: 3 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Ação: 6000 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Subelemento: 3339039690600000000 - Seguros demais imóveis públicos
Vínculo: 1505 - Royalties Tratado de Itaipu Binacional

Código Reduzido: 983
Órgão: 13- Secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico
Unidade: 1 – Gabinete do Secretário
Ação: 2127 – MANUTENÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS
Subelemento: 3339039690600000000 – seguros demais imóveis públicos
Vínculo: 3000 – Recurso Ordinários (livres)

Código Reduzido: 510
Órgão: 4 – Secretaria de Administração
Unidade: 1 – Gabinete do Secretário
Ação: 2010 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMONIO PÚBLICO
Subelemento: 3339039690600000000 – Seguros demais imóveis públicos
Vínculo: 1505 – Royalties Tratado de Itaipu Binacional

Código Reduzido: 1031
Órgão: 8 - Secretaria de Saúde
Unidade: 2 - Fundo Municipal de Saúde
Ação: 2037 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE SAUDE EUGENIO SCHWANKE
Subelemento: 3339039690500000000 - Seguros de imóveis da saúde pública
Vínculo: 3918 - Emenda Individual Impositiva - Saúde

Código Reduzido: 599
Órgão: 12 - Secretaria de Esporte Lazer e Turismo
Unidade: 1 - Gabinete do Secretário
Ação: 2121 - MANUTENÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E GINASIO DE ESPORTES
Subelemento: 3339039690600000000 - Seguros demais imóveis públicos
Vínculo: 1505 - Royalties Tratado de Itaipu Binacional

Município de Entre Rios do Oeste, 20 de outubro de 2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

ERIO BASTIAN
Secretário de Administração

Ari Aloisio Maldaner
Prefeito Municipal

ANEXO II

TERMO DE MINUTA DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE/PR E A
EMPRESA EM
DECORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO 72/2022**

O **Município de Entre Rios do Oeste**, com sede na Rua Tocantins, 600, Centro, na cidade de Entre Rios do Oeste/PR, inscrito no CNPJ sob o nº 95.719.449/0001-10, neste ato representado pelo por intermédio do Prefeito Municipal o Sr. **Ari Aloisio Maldaner**, portador do CPF/MF sob número 284.861.709-82, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2001 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto Federal 10.024/2019, do Decreto Municipal nº 56, de 06 de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 10/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de empresa para a prestação de serviços de seguro para imóveis pertencentes a Administração Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VLR UNT	VLR TOTAL
19507	SEGURO DE BENS IMÓVEIS <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões; Danos Elétricos; Impacto Veículos/Queda Aeronaves; Recomposição de Documentos; Vendável e Granizo; Assistência Empresarial.	SERVIÇO	01	26.225,87	26.225,87

Nota explicativa: A tabela acima é meramente ilustrativa, devendo compatibilizar-se com aquela prevista no Termo de Referência e com a proposta vencedora.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 26.225,87 (vinte e seis mil reais duzentos e vinte e cinco reais e oitenta e sete centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

5. CLÁUSULA QUINTA

Código Reduzido: 539
Órgão: 7 - Secretaria de Educação e Cultura
Unidade: 3 - Fundo Municipal de Educação
Ação: 2023 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA PRESIDENTE MÉDICI
Subelemento: 3339039690400000000 - Seguros de imóveis escolares
Vínculo: 1107 - Salário Educação

Código Reduzido: 540
Órgão: 7 - Secretaria de Educação e Cultura
Unidade: 3 - Fundo Municipal de Educação
Ação: 2023 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA PRESIDENTE MÉDICI
Subelemento: 3339039690400000000 - Seguros de imóveis escolares
Vínculo: 1505 - Royalties Tratado de Itaipu Binacional

Código Reduzido: 547
Órgão: 7 - Secretaria de Educação e Cultura
Unidade: 3 - Fundo Municipal de Educação
Ação: 2025 - MANUTENÇÃO DO CMEI
Subelemento: 3339039690400000000 - Seguros de imóveis escolares
Vínculo: 1505 - Royalties Tratado de Itaipu Binacional

Código Reduzido: 548
Órgão: 7 - Secretaria de Educação e Cultura
Unidade: 2 - Fundo Municipal de Cultura
Ação: 2033 - MANUTENÇÃO DO MUSEU, BIBLIOTECA, TEATROS E CENTRO CULTURAL
Subelemento: 3339039690600000000 - Seguros demais imóveis públicos
Vínculo: 1505 - Royalties Tratado de Itaipu Binacional

Código Reduzido: 563
Órgão: 9 - Secretaria de Assistência Social
Unidade: 1 - Gabinete do Secretário
Ação: 2067 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

Subelemento: 3339039690600000000 - Seguros demais imóveis públicos
Vínculo: 1505 - Royalties Tratado de Itaipu Binacional

Código Reduzido: 564
Órgão: 9 - Secretaria de Assistência Social
Unidade: 3 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Ação: 6000 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Subelemento: 3339039690600000000 - Seguros demais imóveis públicos
Vínculo: 1505 - Royalties Tratado de Itaipu Binacional

Código Reduzido: 983
Órgão: 13- Secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico
Unidade: 1 – Gabinete do Secretário
Ação: 2127 – MANUTENÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS
Subelemento: 3339039690600000000 – seguros demais imóveis públicos
Vínculo: 3000 – Recurso Ordinários (livres)

Código Reduzido: 510
Órgão: 4 – Secretaria de Administração
Unidade: 1 – Gabinete do Secretário
Ação: 2010 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMONIO PÚBLICO
Subelemento: 3339039690600000000 – Seguros demais imóveis públicos
Vínculo: 1505 – Royalties Tratado de Itaipu Binacional

Código Reduzido: 1031
Órgão: 8 - Secretaria de Saúde
Unidade: 2 - Fundo Municipal de Saúde
Ação: 2037 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE SAUDE EUGENIO SCHWANKE
Subelemento: 3339039690500000000 - Seguros de imóveis da saúde pública
Vínculo: 3918 - Emenda Individual Impositiva - Saúde

Código Reduzido: 599
Órgão: 12 - Secretaria de Esporte Lazer e Turismo
Unidade: 1 - Gabinete do Secretário
Ação: 2121 - MANUTENÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E GINASIO DE ESPORTES
Subelemento: 3339039690600000000 - Seguros demais imóveis públicos
Vínculo: 1505 - Royalties Tratado de Itaipu Binacional

6. – PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após ateste recebimento do objeto/ nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

6.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

6.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

6.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

6.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

6.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

7.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice inflacionário exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por termo aditivo (apostilamento).

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. A aquisição do produto poderá ser feita de forma total ou parcelada, conforme necessidade e disponibilidade financeira das Secretarias Municipais.

8.2. A entrega, recebimento e aceitação do objeto segue as regras do Termo de Referência ANEXO I do edital.

8.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.4. Após verificado e aprovado o objeto a Secretaria solicitante atestará o recebimento definitivo do objeto mediante termo circunstanciado a posto e anexado na Nota Fiscal/Fatura ou recibo, após a constatação da adequação do objeto recebido às especificações constantes do processo que deu origem à nota de empenho, inclusive quanto à quantidade e qualidade.

8.5. Após o recebimento definitivo, a Nota Fiscal/Fatura será encaminhada para os procedimentos que culminam no pagamento à empresa contratada.

8.6. Constatando que o objeto recebido não atende as especificações estipuladas neste Edital, ou ainda que não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à empresa vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que efetue a troca dentro do menor prazo possível.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

8.7. O fornecedor está sujeito à fiscalização do produto no ato da entrega e posteriormente, reservando-se a esta Prefeitura Municipal, através do responsável, o direito de não receber o produto, caso o mesmo não se encontre em condições satisfatórias ou no caso de o produto não ser de primeira qualidade.

8.8. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a troca do objeto recusado, o órgão solicitante dará ciência à Comissão de recebimento de Gestão de Contratos, através de Comunicação Interna – C.I, a fim de que se proceda a abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto/ serviço o fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.3. Demais regras presentes no Termo de Referência ANEXO I do edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

11.1.1. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.2. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

11.1.3. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.4. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.5. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11.2. Demais regras presentes no Termo de Referência ANEXO I do edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

12.2.2. Multa de:

12.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

12.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

12.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

12.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

12.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

12.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades do Município, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

12.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3. Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "11.2.4" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

12.4. As sanções previstas nos subitens "11.2.1", "11.2.3", "11.2.4" e "11.2.5" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

12.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município de Entre Rios do Oeste, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

12.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

13.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES

14.1. É vedado à CONTRATADA:

14.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

18.1. É eleito o Foro da comarca de Marechal Cândido Rondon/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..... de..... de 20.....



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao Pregoeiro e equipe do Município de Entre Rios do Oeste - **Pregão Eletrônico nº 72/2022**

Prezados Senhores:

A empresa _____, estabelecida na (Rua, Av:....., n.º.....), na Cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, Banco: _____, Agência: _____, Conta Corrente _____, apresenta sua proposta comercial relativa à licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 72/2022, para Contratação de empresa para a prestação de serviços de seguro para imóveis pertencentes a Administração Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos

a) Especificação do objeto, observadas as características mínimas exigidas no presente instrumento convocatório.

b) valor global da proposta: R\$ **(informar valor global em numeral e por extenso)**

C) Indicação do preço unitário e total do item, e global da proposta; Devendo nesse momento constar na proposta planilha com o valor unitário para cada item segurado, especificando as coberturas propostas atendendo ao mínimo solicitado no edital. Devendo todos os itens do lote constar na proposta sob pena de desclassificação;

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VLR UNT	VLR TOTAL
19507	SEGURO DE BENS IMÓVEIS <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões; Danos Elétricos; Impacto Veículos/Queda Aeronaves; Recomposição de Documentos; Vendável e Granizo; Assistência Empresarial.	SERVIÇO	01	26.225,87	26.225,87

Descrição dos Bens Imóveis que compõem o lote 01

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VLR UNT	VLR TOTAL
1	ESPÉCIE/TIPO: Ginásio da Escola. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 500.000,00; Danos Elétricos R\$ 10.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 30.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 90.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	1.274,75	1.274,75
2	ESPÉCIE/TIPO: Ginásio Municipal Laudir Luiz Anderle. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 1.000.000,00; Danos Elétricos R\$ 10.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 100.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 300.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	3.758,87	3.758,87
3	ESPÉCIE/TIPO: Centro de Educação Infantil Padre Emilio. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 400.000,00; Danos Elétricos R\$ 20.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 20.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 40.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	670,45	670,45
4	ESPÉCIE/TIPO: Escola Municipal Presidente Médici. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 800.000,00; Danos Elétricos R\$ 20.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 50.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 100.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	1.676,51	1.676,51
5	ESPÉCIE/TIPO: Centro de Convivência.	SERV	1,00	670,45	670,45



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

	<u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 400.000,00; Danos Elétricos R\$ 30.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 20.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 40.000,00; Assistência Empresarial Contratada.				
6	ESPÉCIE/TIPO: Posto de Saúde Eugenio Schwanke e Unidade da Saúde da Família. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 2.000.000,00; Danos Elétricos R\$ 50.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 30.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 60.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	1.453,32	1.453,32
7	ESPÉCIE/TIPO: Conselho Tutelar. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 50.000,00; Danos Elétricos R\$ 10.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 5.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 10.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	164,86	164,86
8	ESPÉCIE/TIPO: Casa da Cultura. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 500.000,00; Danos Elétricos R\$ 10.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 50.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 100.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	1.332,53	1.332,53
9	ESPÉCIE/TIPO: Associação de Moradores Linha Volta Gaúcha. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 300.000,00; Danos Elétricos R\$ 5.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 30.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 90.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	1.274,78	1.274,78
10	ESPÉCIE/TIPO: Associação de Moradores Linha Divisa. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 300.000,00; Danos Elétricos R\$ 5.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 30.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 90.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	1.274,78	1.274,78
11	ESPÉCIE/TIPO: Associação de Moradores de Vista Alegre. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 300.000,00; Danos Elétricos R\$ 5.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 30.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 90.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	1.274,78	1.274,78
12	ESPÉCIE/TIPO: Associação de Moradores de Linha Golondrina. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 300.000,00; Danos Elétricos R\$ 5.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 30.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 90.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	1.274,78	1.274,78
13	ESPÉCIE/TIPO: Associação de Moradores do Parque Verde. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 300.000,00; Danos Elétricos R\$ 5.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 30.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 90.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	1.274,78	1.274,78
14	ESPÉCIE/TIPO: Associação de Moradores do Bairro Paraíso. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 300.000,00; Danos Elétricos R\$ 5.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 30.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 90.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	1.274,78	1.274,78
15	ESPÉCIE/TIPO: Associação de Moradores da Linha Boa Esperança. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 300.000,00; Danos Elétricos R\$ 5.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 30.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 10.000,00; Vendável e Granizo R\$ 90.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	1.274,78	1.274,78
16	ESPÉCIE/TIPO: Centro de Eventos. <u>COBERTURAS:</u> Incêndio/Raio/Explosões R\$ 1.100.000,00; Danos Elétricos R\$ 40.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$	SERV	1,00	3.250,00	3.250,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

	400.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 5.000,00; Vendável e Granizo R\$ 400.000,00; Assistência Empresarial Contratada.				
17	ESPÉCIE/TIPO: Prefeitura Municipal. COBERTURAS: Incêndio/Raio/Explosões R\$ 1.500.000,00; Danos Elétricos R\$ 30.000,00; Impacto Veículos/Queda Aeronaves R\$ 400.000,00; Recomposição de Documentos R\$ 50.000,00; Vendável e Granizo R\$ 400.000,00; Assistência Empresarial Contratada.	SERV	1,00	3.050,67	3.050,67
					SOMA DO LOTE 1: 26.225,87

SENHORES PROPONENTES HÁVENDO DIVERGÊNCIA ENTRE CATMAT E O TERMO DE REFERÊNCIA, VALERÁ O QUE ESTÁ ESCRITO NO TERMO DE REFERÊNCIA FAVOR LER O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS ANTES DE OFERTAR SUA PROPOSTA.

Declaramos que, em nossos preços, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução do objeto, encargos sociais, administração, lucro e qualquer outra despesa incidente sobre a contratação para fornecimento dos materiais/serviços.

Na execução do objeto, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas ou qualquer outra que garanta a qualidade igual ou superior, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela qualidade dos serviços/materiais.

Esta proposta de preços tem prazo de validade de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública.

As condições de pagamento são as constantes no edital de licitação, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO nº 72/2022.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

..... de 2022.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2022 - PROCESSO Nº 194/2022

O Município de Entre Rios do Oeste, Estado do Paraná, torna público que fará realizar no SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS a licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, cujo o objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **Contratação de empresa para a prestação de serviços de seguro para imóveis pertencentes a Administração Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.**

Data da sessão: **08 de novembro de 2022**

Horário: **08:30 horas**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

UASG: **985529**

Modo de Disputa – **Aberto**

No Portal do Cidadão do Município de Entre Rios do Oeste (<https://entrieriosdooeste.atende.net>) serão disponibilizados os avisos, comunicados e esclarecimentos referentes à licitação, competindo aos interessados acessar assiduamente o referido endereço para tomarem conhecimento e manterem-se atualizados sobre as informações porventura divulgadas.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

Setor de Licitações e Contratos

Email: setorcompras.er@hotmail.com

Telefone: (45) 3257-1268 – Ramais 204 e 205

Edital: O Instrumento Convocatório, relação dos documentos para os participantes e demais informações complementares serão fornecidas em horário normal de expediente, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, de segunda à sexta-feira, junto a Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Entre Rios do Oeste ou pelo e-mail setorcompras.er@hotmail.com ou junto ao Site do Município de Entre Rios do Oeste (entrieriosdooeste.atende.net), na aba do “Fornecedores”, link “Consulta de Licitações” ou Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br.

Registre-se e Publique-se. Entre Rios do Oeste-PR, em **21 de outubro de 2022.**

ARI ALOISIO MALDANER
Prefeito